

Alerta Legislação nº 24, de 8 a 13 jun. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, DE 13 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Revoga a [Medida Provisória nº 979, de 9 de junho de 2020](#), que dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#).

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 66, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL:

CONSIDERANDO as prerrogativas previstas no art. 48, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, que o atribui ao Presidente o dever de impugnar as proposições contrárias à [Constituição](#), às leis ou ao Regimento; CONSIDERANDO o disposto no art. 206, inciso VI, e no art. 207 do texto originário da Constituição da República Federativa do Brasil, que garante gestão democrática do ensino público e autonomia administrativa às universidades;

FAZ SABER que foi encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a Mensagem nº 40 (CN), de 12 de junho de 2020, que devolve a [Medida Provisória nº 979, de 2020](#), que "Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#)", e declara o encerramento de sua tramitação no Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 12 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 979, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#).

LEI Nº 14.013, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de

2020; e dá outras providências.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 65.014, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Estende a medida de quarentena de que trata o [Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020](#)

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 59.500, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Regulamenta a [Lei nº 16.823, de 6 de fevereiro de 2018](#), que institui o Projeto de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família.

DECRETO Nº 59.498, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Confere nova redação ao artigo 13 e acresce o § 2º ao artigo 19, ambos do [Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020](#), que declarou situação de emergência no Município de São Paulo e definiu outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Atos do Poder Executivo - D.O.U.

SUPERIOR

**12/06/2020
(edição extra)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, DE 13 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital.

12/06/2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Revoga a [Medida Provisória nº 979, de 9 de junho de 2020](#), que dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#).

**10/06/2020
(edição extra)**

DECRETO Nº 10.395, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Altera o Anexo ao [Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019](#), que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

DECRETO Nº 10.394, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Altera o [Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020](#), que autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas

	federais nos Estados da Amazônia Legal.
10/06/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 979, DE 9 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. <u>DECRETO Nº 10.393, DE 9 DE JUNHO DE 2020</u> Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. <u>DECRETO Nº 10.392, DE 9 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor ferroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
08/06/2020	<u>DECRETO Nº 10.391, DE 5 DE JUNHO DE 2020</u> Restaura a vigência do Decreto nº 93.206, de 3 de setembro de 1986, e revoga o Decreto nº 10.386, de 2 de junho de 2020, que dispõem sobre a Aviação do Exército. <u>DECRETO Nº 10.390, DE 5 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário e do setor de transporte rodoviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. <u>DECRETO Nº 10.389, DE 5 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a qualificação dos projetos minerários em áreas para pesquisa ou lavra de recursos minerais colocadas em disponibilidade pela Agência Nacional de Mineração no exercício de 2020 no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 66, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL: CONSIDERANDO as prerrogativas previstas no art. 48, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, que o atribui ao Presidente o dever de impugnar as proposições contrárias à Constituição, às leis ou ao Regimento; CONSIDERANDO o disposto no art. 206, inciso VI, e no art. 207 do texto originário da Constituição da República Federativa do Brasil, que garante gestão democrática do ensino público e autonomia administrativa às universidades; FAZ SABER que foi encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a Mensagem nº 40 (CN), de 12 de junho de 2020, que devolve a Medida Provisória nº 979, de 2020, que "Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições

federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#)", e declara o encerramento de sua tramitação no Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 12 de junho de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 65, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 954, de 17 de abril de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#)", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 10 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 64, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 953, de 15 de abril de 2020](#), publicada, no Diário Oficial da União, e republicada, em Edição Extra, no dia 16, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 2.550.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 10 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 63, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 952, de 15 de abril de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 10 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 62, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 951, de 15 de abril de 2020](#), publicada e retificada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, que "Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 10 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 61, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 921, de 7 de fevereiro de 2020](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 11.287.803,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 8 de junho de 2020.

Congresso Nacional, em 9 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 60, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020](#), e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19)", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 5 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 59, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e

Energia, no valor de R\$ 900.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 5 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 58, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 948, de 8 de abril de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19)", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 5 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 57, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 947, de 8 de abril de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.600.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 5 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 56, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 946, de 7 de abril de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela [Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975](#), transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 5 de junho de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.014, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 892.000.000,00 (oitocentos e noventa e dois milhões de reais), para os fins que especifica. <u>LEI Nº 14.013, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020; e dá outras providências. <u>LEI Nº 14.011, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis nºs 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). Mensagem de veto
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) – Procuradoria-Geral da União <u>PORTARIA Nº 11, DE 8 DE JUNHO DE 2020</u> Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução, o procedimento de celebração de acordos destinados a encerrar, mediante negociação, ações judiciais ou a prevenir a propositura destas, relativamente a débitos da União.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 191, DE 9 DE JUNHO DE 2020</u> Aprova o Guia de Boas Práticas Regulatórias da Secretaria de Defesa Agropecuária.
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 398, DE 5 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, COVID-19.
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 233, DE 9 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Portaria nº 239, de 23 de maio de 2019, que institui o Programa de Integridade do Ministério da Economia - Prevenir.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 238, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 8º do [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), das portarias.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

→ Comitê Estratégico de Governança

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o Sistema de Monitoramento de Desempenho Organizacional.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 29 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre orientações técnicas para a identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, e de seus efeitos sociais e econômicos, de que trata o [Decreto nº 10.360, de 21 de maio de 2020](#).

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.959, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, que dispõe sobre normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.958, DE 5 DE JUNHO DE 2020

Revoga Instruções Normativas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

PORTARIA Nº 978, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#).

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 13.699, DE 5 DE JUNHO DE 2020

Altera o § 1º e cria o § 4º do Artigo 4º da Portaria nº 10.486, de 22 de abril de 2019, para editar normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial de que trata a [Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020](#). (Processo nº 19965.106085/2020-11).

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

→ Secretaria de Gestão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa, prevista nas Leis [nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), [nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#) e [nº 12.462, de 4 de agosto de 2011](#), no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

	→ Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 17, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE <u>PORTARIA Nº 13.519, DE 3 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Portaria nº 165, de 24 de junho de 2019, que estabelece normas complementares ao Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, relativas à solicitação de ato de registro de compromissos, à habilitação ao Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística e aos projetos de desenvolvimento e produção tecnológica, e dá outras providências. CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS → Superintendência de Seguros Privados <u>RESOLUÇÃO Nº 386, DE 9 DE JUNHO DE 2020</u> Revoga Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. <u>RESOLUÇÃO Nº 385, DE 9 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre as coberturas passíveis de serem oferecidas a entidades fechadas de previdência complementar por sociedades seguradoras. <u>RESOLUÇÃO Nº 384, DE 9 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dá outras providências.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 535, DE 12 DE JUNHO DE 2020</u> Altera a Portaria MEC nº 209, de 7 de março de 2018, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, a partir do primeiro semestre de 2018, e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 534, DE 12 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre o Programa de Financiamento Estudantil - P-Fies, a partir do segundo semestre de 2020. <u>PORTARIA Nº 533, DE 12 DE JUNHO DE 2020</u> Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2020. <u>PORTARIA Nº 518, DE 8 DE JUNHO DE 2020</u> Institui o Grupo de Trabalho para elaborar propostas de normativos específicos para a implementação do Programa Tempo de Aprender, instituído pela Portaria MEC nº 280, de 19 de fevereiro de 2020.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
11/06/2020	<u>DECRETO Nº 65.015, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Dá nova redação ao § 2º do artigo 4º do Decreto nº 60.397, de 25 de abril de 2014, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo – CEAE/SP <u>DECRETO Nº 65.014, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020
09/06/2020	<u>DECRETO Nº 65.009, DE 8 DE JUNHO DE 2020</u> Suspende o expediente das repartições públicas estaduais que especifica, nos dias 11 e 12 de junho de 2020, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>PORTARIA CIB//SP-4, DE 4-6-2020</u> Pactua o fluxo para concessão gratuita de documentação para a população em situação de rua e em situação de vulnerabilidade social do estado de São Paulo
Fazenda e Planejamento (SFP)	DEPARTAMENTO DE DESPESA DE PESSOAL DO ESTADO (DDPE) <u>COMUNICADO, DE 08-06-2020 (REPUBLICADO)</u> (...) Artigo 1º - As entidades consignatárias credenciadas junto à Secretaria da Fazenda, conforme dispõem o artigo 12 do Decreto 60.435, de 13-05-2014, e o artigo 3º da Resolução SF 41, de 13-06-2014 deverão fazer o seu cadastramento conforme cronograma previsto no Anexo I, que faz parte deste comunicado.
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA - 33, DE 5-6-2020 (REPUBLICADO)</u> Dispõe sobre os procedimentos preparatórios para a criação Monumento Natural Mantiqueira Paulista, nos municípios de Cruzeiro e Piquete - SP
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS – 86, DE 12-6-2020</u> Revoga a Resolução SS 84, de 10-06-2020 e dá providências correlatas (...) Artigo 1º - Deverão ser repassados recursos financeiros, pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde

dos Municípios, no montante de R\$ 92.090.000,00, conforme descrito no Anexo I, que integra a presente resolução, em parcela única, de forma direta, para auxílio ao enfrentamento da epidemia por Covid-19.
(...)

RESOLUÇÃO SS - 85, DE 10-6-2020

Disciplina medidas necessárias à investigação epidemiológica e monitoramento de risco de propagação da Covid-19

RESOLUÇÃO SS - 84, DE 10-6-2020

Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS no Estado de São Paulo, decorrentes de Emendas Parlamentares, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade

RESOLUÇÃO SS - 83, DE 10-6-2020

Dispõe, na forma da Portaria MS 1.448, de 29-05-2020, republicada no D.O.U de 02-06-2020, sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e hospitais sem fins lucrativos no controle da pandemia da Covid-19, e dá providências correlatas

RESOLUÇÃO SS - 82, DE 10-6-2020

Altera o Anexo da Resolução SS 82 de 23, publicada em 24-07-2012 que dispõe sobre a identificação das unidades de saúde por áreas e a fixação de limites para a realização de Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade pelas classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista e dá providências correlatas

RESOLUÇÃO SS - 81, DE 9-6-2020

Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Município de Santos, a serem destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Covid-19, (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD)

PORTARIA GC/CCD - 14, DE 08-06-2020

SES-PRC-2019/13684

Institui o Comitê de Informação da Coordenadoria de Controle de Doenças e dá outras providências

→ Centro de Vigilância Sanitária (CVS)

PORTARIA CVS - 13, DE 10-06-2020

Dispõe sobre medidas de prevenção ao SARSCoV-2 para profissionais de coleta e entrega de mercadorias

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS)

DELIBERAÇÃO DE 08-06-2020

(...)

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo aprova *ad referendum* o repasse de recursos do Piso de Atenção Básica Estadual aos municípios paulistas para o exercício de 2020, que terá como base de cálculo o valor de R\$ 4,00 per capita, considerando a estimativa da população residente nos municípios brasileiros, estimativa para o TCU-São Paulo com ano de referência de 2019 (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que é de 45.919.049 habitantes. (Deliberação CIB 46/2020)

(...)

	COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE (CRS) ↳ Departamento Regional de Saúde da Grande São Paulo <u>PORTARIA DRS-I 07, DE 8-6-2020</u> Cria a Comissão Examinadora, para Habilitação de Estabelecimentos de Saúde interessados em participar, em caráter emergencial, de Assistência à Saúde, para tratamento exclusivo de pacientes com diagnóstico de Covid-19, no âmbito do DRS I - Grande São Paulo
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG - 7957, DE 9-6-2020</u> Altera dispositivo da Resolução CoG 7944/2020 que estabelece normas e programas das matérias objeto de avaliação para a etapa de Pré-seleção de candidatos que desejam transferência para cursos de graduação da Universidade de São Paulo (USP), no 2º semestre de 2020 e no 1º semestre de 2021, e estabelece normas gerais para a segunda etapa do exame
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
11/06/2020	MENSAGENS DO GOVERNADOR <u>MENSAGEM A-Nº 016/2020 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 10 de junho de 2020. Senhor Presidente Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Lei Complementar nº 918, de 11 de abril de 2002, alterado pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 1.175, de 2 de maio de 2012, submeto à deliberação desse Parlamento a indicação, para integrar o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, de Jorge Farah Elias, RG. nº 39.158.299-9, para a Diretoria de Controle Econômico e Financeiro. (...) DOE, Legislativo, 11/06/2020, p. 5 <u>MENSAGEM A-Nº 15/2020 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 10 de junho de 2020 Senhor Presidente Pela Mensagem A-nº 012, de 30 de abril de 2020, tive a honra de encaminhar a essa ilustre Assembleia o Projeto de lei nº 307, de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021. (...) DOE, Legislativo, 11/06/2020, p. 5 PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 2020</u> Mensagem A-nº 017/2020 do Senhor Governador do Estado São Paulo, 10 de junho de 2020.

	Senhor Presidente Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar, que altera a Lei Complementar n.º 1.195, de 17 de janeiro de 2013, que “transforma o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN em autarquia, e dá providências correlatas”. (...) DOE, Legislativo, 11/06/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 2020</u> Declara a legitimidade dos pagamentos aos servidores públicos dos valores relacionados a incorporações de décimos até a edição da Emenda Constitucional nº 49. DOE, Legislativo, 11/06/2020, p. 6 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2020</u> Autoriza o Estado a assumir a gestão do patrimônio da Cinemateca Brasileira e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 11/06/2020, p. 7
10/06/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 380, DE 2020</u> Classifica como de Interesse Turístico o Município de Tuiuti. DOE, Legislativo, 10/06/2020, p. 4
09/06/2020	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 2020</u> Estende as licenças maternidade e paternidade dos servidores estaduais, durante a pandemia do novo coronavírus – Covid-19. DOE, Legislativo, 09/06/2020, p. 4 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 378, DE 2020</u> Institui o Programa Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - NUTRIR, estabelece critérios de inclusão, interrupção e exclusão, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 09/06/2020, p. 4 <u>PROJETO DE LEI Nº 377, DE 2020</u> Estabelece requisitos para o funcionamento de academias esportivas durante o Estado de Calamidade Pública decretado em razão da pandemia de Coronavírus – COVID19. DOE, Legislativo, 09/06/2020, p. 4 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 24/2020</u> (Questionário – Gestão de Enfrentamento do COVID-19) O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA aos responsáveis pelos órgãos públicos abaixo listados, que se encontram em situação de inadimplência quanto ao preenchimento eletrônico do Questionário da “Gestão de Enfrentamento do COVID-19”, divulgado no Comunicado SDG nº

	21/2020, publicado no DOE de 23.5.2020. As correções em informações já prestadas deverão ser solicitadas pelo canal "Fale Conosco" do Sistema AUDESP, disponível na página https://www4.tce.sp.gov.br/chamados>https://www4.tce.sp.gov.br/chamados, utilizando-se o seguinte tópico de ajuda: "Gestão de Enfrentamento do COVID-19". Oportuno registrar que o Questionário deverá ser informado mensalmente até o 3º dia útil do mês, com informações acumuladas até o último dia do mês anterior. O descumprimento das exigências legais, além de ser objeto de apuração em autos específicos, poderá ensejar aplicação da multa prevista no inciso VI do artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 1993, comunicação ao Ministério Público do Estado, sem prejuízo de outras providências que os eminentes Conselheiros deliberarem na condição de Relatores dos processos de Contas Anuais. SDG, em 08 de junho de 2020. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL (...) DOE, Legislativo, 09/06/2020, p. 9 <u>COMUNICADO SDG Nº 23/2020</u> O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA que a Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno para apreciação e emissão do Parecer sobre as Contas do Governador, relativas ao exercício de 2019, será realizada às 10 horas do dia 30 de junho, terça-feira. As sessões das Primeira e Segunda Câmaras serão realizadas no dia 1º de julho, quarta-feira, no horário regimental. SDG, em 03 de junho de 2020 Sérgio Ciquera Rossi Secretário-Diretor Geral DOE, Legislativo, 09/06/2020, p. 9
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
13/06/2020	<u>DECRETO Nº 59.534, DE 12 DE JUNHO DE 2020</u> Prorroga o prazo previsto no artigo 1º do Decreto nº 59.298, de 23 de março de 2020, que suspende o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, observados os termos e condições estabelecidos no Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, e no Decreto Municipal nº 59.473, de 29 de maio de 2020.
11/06/2020	<u>DECRETO Nº 59.498, DE 8 DE JUNHO DE 2020</u> Confere nova redação ao artigo 13 e acresce o § 2º ao artigo 19, ambos do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declarou situação de emergência no Município de São Paulo e definiu outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

10/06/2020

DECRETO Nº 59.496, DE 8 DE JUNHO DE 2020 (REPUBLICADO)

Regulamenta o artigo 53 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, bem como dispositivos das Leis [nº 15.764, de 27 de maio de 2013](#), e [nº 16.974, de 23 de agosto de 2018](#), dispondo sobre o sistema de controle interno municipal, a organização e o funcionamento da Controladoria Geral do Município, a adoção de medidas administrativas para transparência e controle, e o Programa de Integridade e Boas Práticas, para a prevenção da corrupção.

DECRETO Nº 59.529, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a extinção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Visconde de Taunay, vinculada à Diretoria Regional de Educação São Mateus, desativada no ano de 2016.

DECRETO Nº 59.528, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre extinção da Escola Municipal
(...)

Art. 1º Fica extinta a Escola Municipal de Ensino Fundamental Casarão, criada pelo Decreto nº 42.846, de 11 de fevereiro de 2003, localizada na Rua Major José Marioto Ferreira, 101, Distrito Vila Andrade, em razão de sua incorporação à Escola Municipal de Ensino Fundamental Perimetral, ambas vinculadas à Diretoria Regional de Educação Campo Limpo.

(...)

DECRETO Nº 59.527, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a criação de centro de educação infantil.
(...)

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil Parque Amazonas, localizado na Rua São Sebastião da Barra, 390, Distrito Parelheiros, vinculado à Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro, da Secretaria Municipal de Educação.

(...)

DECRETO Nº 59.526, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a criação de centro de educação infantil.
(...)

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil Jardim Santa Terezinha, localizado na Rua Meridionais, 141, Distrito Cidade Líder, vinculado à Diretoria Regional de Educação Itaquera, da Secretaria Municipal de Educação.

(...)

DECRETO Nº 59.524, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Determina a transcrição dos melhoramentos viários instituídos pelo artigo 10 da [Lei nº 15.893, de 7 de novembro de 2013](#), para as plantas que especifica.

DECRETO Nº 59.523, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a criação de centro municipal de educação infantil.
(...)

Art. 1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil Freguesia do Ó, integrante do Centro Educacional Unificado Freguesia do Ó, localizado na Rua Jacutiba, 167, Distrito Freguesia do Ó, vinculado à Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia, da Secretaria Municipal de Educação.

(...)

DECRETO Nº 59.522, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a criação de centro municipal de educação infantil.
(...)

Art. 1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Delgado, localizado na Rua Domingos Delgado, s/nº, Distrito Brasilândia, vinculado à Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia

(...)

DECRETO Nº 59.521, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a criação de escola municipal de ensino fundamental.
(...)

Art. 1º Fica criada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sete Praias, localizada na Estrada do Alvarenga, nº 5095, Distrito Pedreira, vinculada à Diretoria Regional de Educação Santo Amaro, da Secretaria Municipal de Educação.

(...)

DECRETO Nº 59.520, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a criação de centro educacional unificado.
(...)

Art. 1º Fica criado o Centro Educacional Unificado Parque do Carmo, localizado na Rua Gaspar da Silva, nº 240, Distrito Parque do Carmo, vinculado à Diretoria Regional de Educação Itaquera, da Secretaria Municipal de Educação

(...)

DECRETO Nº 59.519, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Introduz alterações nos artigos 3º, 12, 26, 64 e 65 do [Decreto nº 59.336, de 7 de abril de 2020](#), que dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia – SMIT, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

09/06/2020

DECRETO Nº 59.506, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Autoriza a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte a expedir novos alvarás de estacionamento da modalidade táxi, destinados ao transporte de pessoas com deficiência, e dá outras providências.

DECRETO Nº 59.505, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Regulamenta as disposições do Capítulo V, Seção II, e do Capítulo VI, ambos da [Lei nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009](#), de acordo com o artigo 290 da [Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014](#) - Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

DECRETO Nº 59.504, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

DECRETO Nº 59.502, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Confere nova redação aos artigos 3º e 8º do [Decreto nº 47.683, de 14 de setembro de 2006](#), que regulamentou a [Lei nº 14.063, de 14 de outubro de 2005](#), alterada pelas Leis [nº 14.650, de 20 de dezembro de 2007](#), e [nº 14.978, de 11 de setembro de 2009](#), a qual instituiu o Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

DECRETO Nº 59.501, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Regulamenta a [Lei nº 16.836, de 8 de fevereiro de 2018](#), que estabelece diretrizes da Política Municipal de Apoio ao Cooperativismo, institui o Programa SP Cooper e dá outras providências

DECRETO Nº 59.500, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Regulamenta a [Lei nº 16.823, de 6 de fevereiro de 2018](#), que institui o Projeto de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de

	Saúde da Família. <u>DECRETO Nº 59.499, DE 8 DE JUNHO DE 2020</u> Acrescenta o § 3º ao artigo 10 do Decreto nº 57.906, de 1º de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012, relativa à criação do Fundo Municipal do Idoso - FMID. <u>DECRETO Nº 59.497, DE 8 DE JUNHO DE 2020</u> Cria e denomina a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Anhanguera.
--	---

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107